

# O fim do subsídio do RU: aspectos culturais e discursivos de uma questão pública.

*Victor Augustus Graciotto Silva<sup>1</sup>*

## Introdução

Durante o ano de 1999 e o primeiro semestre de 2000, a comunidade universitária da Universidade Federal do Paraná esteve envolvida na questão do aumento do valor da refeição dos seus restaurantes. Esse aumento significou a permanência, ou não, de refeições subsidiadas pela universidade, ocasionando um intenso debate entre estudantes e seus órgãos representativos com órgãos administrativos da universidade.

Partimos do pressuposto de que em cada sociedade de regime pelo menos pluralista, toda questão política é passível de ser contestada na arena simbólica. Os comentários sobre os eventos e propostas políticas são baseados – por sua vez – nas idéias, elementos e símbolos culturalmente disponíveis. Contudo, os agentes envolvidos nos debates e confrontamentos políticos tanto consomem quanto reelaboram as imagens, símbolos e representações disponíveis numa dada cultura. Segundo a Teoria dos Discursos Públicos, agentes históricos criam na luta política conjuntos organizados de elementos culturalmente disponíveis, conhecidos como pacotes (“packages”) simbólicos.<sup>2</sup>

O subsídio, segundo os pressupostos e conceitos da Teoria dos Discursos Públicos<sup>3</sup>, remete a uma análise mais abrangente e profunda sobre o que significou esta questão pública à comunidade universitária, em especial para a comunidade estudantil.

Através de materiais impressos na época, que assumiram um caráter público, foi possível realizar a análise sobre a questão pública do subsídio relacionando-a com a conjuntura histórica na qual estava inserida. Tal material restringe-se a notas de imprensa vinculadas por jornais locais e da própria universidade, panfletos oriundos dos órgãos administrativos da UFPR e dos órgãos representativos dos estudantes, e de jornais de cunho acadêmico<sup>4</sup>.

## O Restaurante Universitário

<sup>1</sup> Graduação – História/UFPR – 3º ano.

<sup>2</sup> Esse parágrafo foi retirado de uma sugestão de avaliação do professor Dennison Oliveira referente à disciplina de Tópicos Especiais de Teoria da História do primeiro semestre letivo de 2000.

<sup>3</sup> OLIVEIRA, Dennison. A cultura dos assuntos públicos: o caso do “Custo Brasil”. Curitiba, 2000.

<sup>4</sup> No final do artigo encontra-se em anexo a referência das respectivas matérias sobre o assunto.

Os restaurantes tiveram sua origem em 1961, administrados pelos membros do Diretório Central dos Estudantes (DCE). A partir de 1980 foram encampados pela UFPR, quando passaram a ser denominados Restaurantes Universitários (RU's). Atualmente, são subordinados hierarquicamente à Pró-Reitoria de Recursos Humanos e Assuntos Estudantis (PRHAE).

Os RU's prestam serviços de alimentação para alunos, professores e funcionários da Universidade Federal do Paraná e contam com três unidades: Restaurante Central, Restaurante Campus Jardim das Américas e Restaurante Campus Juvevê. A administração está localizada no Restaurante Universitário Central (RUC), onde são feitas compras, licitações, controle de estoque, custo e transporte de gêneros. Neste local são recepcionados, conferidos e armazenados todos os produtos e gêneros alimentícios enviados pelos fornecedores, para serem em seguida distribuídos aos restaurantes de acordo com suas necessidades diárias e quinzenais.

O principal objetivo dos Restaurantes Universitários é disseminar bons hábitos alimentares por meio de alimentação variada e balanceada, utilizando produtos de qualidade em bom estado de conservação, aplicando técnicas corretas de preparo e rigorosas normas de higiene, também procurando corrigir prováveis distúrbios alimentares de forma à contribuir com a tarefa básica da instituição que é a formação integral dos recursos humanos [...] Estes restaurantes fornecem refeições adequadas à clientela, com atividades de assistência a educação alimentar, sendo um espaço interdisciplinar de ensino-aprendizagem na relação ensino, pesquisa e extensão. Desta forma, sai da concepção de mero espaço fornecedor de refeições, para o espaço de formação acadêmica. (REINHARDT, 1999)

Além da questão alimentar, a formação do estudante assume um papel primordial para os restaurantes universitários, tendo em vista que o diálogo e a troca de informações que ocorre entre seus freqüentadores - alunos dos mais variados cursos - é uma forma de desenvolvimento da interdisciplinariedade e, consequentemente, da extensão universitária.

Entretanto, a importância do restaurante universitário para a grande maioria dos seus usuários está no aspecto financeiro. O baixo preço é condição tão ou mais importante que a própria refeição, balanceada e com qualidade. Entendendo que a composição dos gastos dos RUs se dá por consumo, manutenção e aquisição de equipamentos e mais reposição de estoque de itens para produção de refeições, semi-perecíveis, perecíveis e material de limpeza, o baixo preço é justificado por uma política específica, que sustenta um subsídio por meio de verbas públicas.

A alimentação dos RU's sempre foi subsidiada pelo poder público. A partir de 1986, o Governo Federal cessou de repassar orçamento para estes estabelecimentos, e a Universidade passou a subsidiar as refeições. Desta forma, o aluno pagaria 1/3 do custo (gêneros alimentares e de higiene), o

funcionário pagaria 2/3, e a Universidade, o restante. O professor paga o preço total, que seria o preço de custo da refeição.

Com a redução contínua dos recursos destinados à educação pelo Governo Federal, houve prejuízo substancial na área de Assistência Social, assim como em toda Universidade - o que resultou na falta de verbas para os RU's. Com isso, vários restaurantes universitários do país foram fechados ou transformados em restaurantes de arrecadação de verba<sup>5</sup> para seu funcionamento. Assim, o preço da refeição se eleva, afastando seus verdadeiros usuários, aqueles que freqüentam o RU por não terem condições de fazer suas refeições em outros restaurantes.

No caso da Universidade Federal do Paraná, os fatos ocorridos em todo o ano de 1999 e início de 2000, estão relacionados com a redução de recursos pelo Governo Federal, e a política dos administradores da UFPR. Em poucas palavras, a de uma “reestruturação” no RU, que consiste em uma participação maior do estudante nos custos do RU, isto é, aumento do valor da refeição.

O posicionamento da PRHAE vai de encontro com as expectativas do governo federal, que ao realizar políticas sociais ancoradas na redução de gastos, e ao delimitar o papel do Estado na área de saúde, assistência social e educação, transfere suas responsabilidades, atividades e funções para a área da iniciativa privada ou para a sociedade civil.

Sabendo que quem freqüenta o RU são estudantes de baixa renda<sup>6</sup>, o aumento da refeição ameaça a finalidade com que foi criado: “disseminar bons hábitos alimentares por meio de alimentação variada e balanceada, utilizando produtos de qualidade e em bom estado de conservação, para que **todos** continuem a ter acesso à refeições de qualidade e quantidades adequadas.” (REINHARDT, 1999)

## Questão Pública: Subsídio do RU

A política adotada pela administração da Universidade, representada pela PRHAE, de acabar com o subsídio e aumentar o valor da refeição dos restaurantes universitários, para permitir a sua continuidade, se constituiu em uma questão pública e política de ampla controvérsia.

Entendendo que questões públicas englobam tomada de decisões, implicando em uma cultura dos assuntos públicos que necessita de um debate, o

<sup>5</sup> Teoricamente, assume uma idéia de não visar fins lucrativos, arrecadando os recursos suficientes para os gastos com o alimento e materiais de manutenção. Objetivando a manutenção do serviço oferecido sem lucro, e se possível, sem prejuízo, diferencia-se, assim, dos restaurantes comerciais.

<sup>6</sup> Conforme pesquisa realizada por Juliana C. Reinhardt, em “A importância do Restaurante Universitário – RU – para os estudantes da UFPR”.

“subsídio do RU” é considerado uma questão pública: foi contestado em uma arena simbólica<sup>7</sup>; os comentários sobre os eventos e propostas políticas são baseados nas idéias, elementos e símbolos culturalmente disponíveis; os elementos dos quais os agentes nela envolvidos lançam mão não são, via de regra, encontrados como itens individuais, mas sim como conjuntos organizados, conhecidos como pacotes simbólicos<sup>8</sup>.

O número de jornais e panfletos que circularam nos campos da Universidade Federal do Paraná, em conjunto com as notas de imprensa sobre o aumento do RU durante o ano de 1999 e no primeiro semestre de 2000, caracteriza o caráter de contestação na arena simbólica desta questão pública, e a dimensão desse fato na comunidade acadêmica. Por sua vez, as idéias, elementos e símbolos culturalmente disponíveis surgiram durante o desenrolar do debate.

Em um primeiro momento, a PRHAE anuncia justificativas para o fim do subsídio fundamentadas em uma gradual redução de recursos públicos para as Universidades, e um pesado corte orçamentário no ano de 1998. A repercussão no meio estudantil gerou reuniões entre a PRHAE e membros do DCE e de centros acadêmicos. Em decorrência dessas reuniões, o fim do subsídio era posto como inevitável pela PRHAE, pois estava condicionado à privatização das universidades públicas por meio do projeto de lei sobre a autonomia universitária – projeto este que desvincula a obrigação do financiamento público federal para as universidades, levando ao fechamento ou terceirização dos restaurantes universitários (como já estava ocorrendo em algumas universidades públicas).

---

<sup>7</sup> Compreende-se por arena simbólica o espaço onde é possível identificar a verbalização da opinião: imprensa, veículos de massa e até mesmo muros pichados. Qualquer lugar onde se exterioriza a opinião sobre a questão política.

<sup>8</sup> “Um pacote apresenta um número de diferentes símbolos condensados que sugerem sinteticamente a hierarquia de posições de seus elementos constitutivos e sua estrutura central organizadora, tornando possível apresentar o pacote como um todo com uma metáfora hábil, uma frase de efeito ou outro esquema simbólico qualquer. No centro do pacote está a estrutura (“frame”), uma idéia central organizadora ou argumento que provê sentido para uma série de eventos, tecendo uma conexão entre eles, e se remetendo a uma cadeia de eventos que a antecede no tempo (“storyline”). Tal estrutura nunca é arranjada de forma incidental ou inocente. Muito pelo contrário, uma estrutura geralmente implica numa direção política ou uma resposta implícita para aquilo que deveria ser feito com relação a questão em debate[...] Nos comentários públicos, os pacotes são usualmente reconhecidos através de elementos de assinatura (“signature elements”) [...] Tais pacotes frequentemente tem patrocinadores (“sponsors”) interessados em promover suas carreiras. Aqui o patrocínio é entendido como sendo mais do que a mera defesa de determinado pacote, envolvendo também atividades como a construção de discursos, propaganda, redação de panfletos e artigos e todas outras oportunidades para promover um pacote preferido.” (OLIVEIRA, 2000, p. 9-10)

Outro elemento cultural importante, surge ainda nesse primeiro momento: uma pesquisa<sup>9</sup> sobre a importância dos RUs para os estudantes de baixa renda. No decorrer do debate, essa pesquisa é utilizada tanto pelo DCE como pela PRHAE, para fundamentar suas posições contrárias ou favoráveis a respeito do fim do subsídio.

Em um segundo momento, o DCE se posiciona contra o fim do subsídio, apoiado na atitude dos reitores anteriores, que optaram por manter o subsídio que antes era realizado diretamente pelo governo federal, e principalmente na manutenção da assistência estudantil.

O diálogo entre a PRHAE e o DCE levou o debate para a COPLAD<sup>10</sup>, o que levou a um detalhamento maior das causas pelas quais a PRHAE defendeu o fim do subsidio: seu alto custo, dívida acumulada dos RUs no valor de duzentos mil reais com fornecedores de alimentos, necessidade de reformas estruturais e compras de equipamentos para mantê-los abertos, no valor de duzentos mil reais.

Nesse segundo momento, o DCE se utiliza de outros elementos culturais, como a ocupação do gabinete do atual Reitor<sup>11</sup>, cobrança em paralelo do valor da refeição em R\$ 0,80 ao invés de R\$1,30, venda ocasional de cachorro-quente, pronunciamentos públicos durante as refeições, contra o fim do subsídio.

Tais elementos estiveram culturalmente disponíveis, com a particularidade de que apareceram gradativamente, conforme se acentuava o debate. Com isso, os pacotes simbólicos acompanham esse ritmo, sendo possível analisá-los ao mesmo tempo em que realizamos a narração dos acontecimentos no período.

### *Déficit financeiro*

No primeiro semestre de 1999, alguns centros acadêmicos e o DCE<sup>12</sup> notificam os estudantes sobre prováveis mudanças no RU. A esta altura já são colocadas suspeitas de um aumento no valor das refeições.

Esta matéria serve de alerta à todos os estudantes da UPPR mas, principalmente, aos usuários diários do nosso R. U.[...] Os CA's receberam um documento elaborado por 3 Pró-Reitorias[...] Neste documento observa-se que o R.U. apresentará no ano corrente, um déficit de R\$505.780,32[...] está por vir um aumento substancial no preço[...] das

<sup>9</sup> REINHARDT, Juliana C. *A Importância do Restaurante Universitário – RU – para os Estudantes da UFPR*. Projeto de Graduação, disciplina de Estágio Curricular, Nutrição da UFPR, Curitiba, 1999.

<sup>10</sup> Conselho de Planejamento e Administração da Universidade.

<sup>11</sup> Reitor Carlos Roberto Antunes dos Santos.

<sup>12</sup> Diretório Central dos Estudantes – Gestão Doces Bárbaros 98/99.

refeições servidas no R.U. (SANTOS, Centro de Estudos de Informática – Informação, 26/04/99, n° 2, p. 8)

Esse documento, que foi distribuído para todos os órgãos representativos dos estudantes pela PRHAE, permitiu a construção do primeiro pacote simbólico, fundamentado em um déficit financeiro. A PRHAE coloca o fim do subsídio, e por consequência a defesa do aumento da refeição do RU - para evitar um déficit de quase meio milhão de reais.

Conforme a matéria, esse déficit se devia à dívida acumulada dos RUs, no valor de duzentos mil reais, com fornecedores de alimentos. Somada a isso, a necessidade de reformas estruturais e compras de equipamentos para manter os restaurantes abertos, também no valor de duzentos mil reais, e por fim, o alto custo do subsídio, o que representaria um acréscimo em torno de cem mil reais.

Após a emissão daquele documento formulado pela PRHAE, sobre o déficit do RU para todos os diretórios acadêmicos da UFPR e para o DCE, alguns estudantes membros desses diretórios mantiveram reuniões com a PRHAE; com o propósito de analisar propostas para a continuidade do funcionamento do RU com o preço de R\$ 0,80. Entretanto, pela opinião de alguns jornais de centros acadêmicos, a PRHAE mostrava-se inflexível e determinada a impor um aumento de 113%, que equivalia a R\$ 1,70.

Segundo os pró-reitores presentes, não houve um aumento drástico, pois “os estudantes podem pagar”. Visto isso, um estudante perguntou se haveria um controle de qualidade melhor do cardápio do RU e, um dos dirigentes da UFPr presentes respondeu que “controle de qualidade é uma coisa inútil e sem função prática”. Além disso, os dirigentes foram inflexíveis: não aceitaram nenhuma das propostas, que consistiam, desde a utilização das Fazendas da Universidade até na venda de refrigerantes e sobremesas para ajuda de custo. Com isso, o aumento está previsto para o dia 02 de maio de 1999. Isso nos faz refletir: O ensino de qualidade é o princípio básico desta Universidade “democrática” e “pública”? (FUJII, in Formação – Ciências Biológicas, Abril/1999, n° 2, p. 3)

### *Privatização*

Enquanto os CA’s são os primeiros a divulgarem o provável aumento, o DCE apenas se limitava a tratar o assunto de forma secundária, citando a questão para enaltecer um cenário político de privatização da universidade.

Em primeiro lugar o governo corta as verbas a ela destinadas e em seguida abre possibilidades para que as Universidades Públicas comecem a cobrar taxas de todos os tipos, passando aos estudantes e a sociedade a sua responsabilidade em manter a educação pública. A cobrança de entrada no Festival inaugurada esse ano é só a ponta do iceberg do projeto do governo, que vem sendo traduzido na UFPR, em aumentos da ordem de 250% das taxas cobradas no seu interior. É o caso das taxas de trancamento de disciplinas que subiram de R\$ 0,80 para R\$ 3,00 sendo que a reitoria aponta também

para o aumento do preço das refeições nos Restaurantes Universitários e até mesmo a cobrança de novos tipos de taxas. (BELLO, Informativo do DCE – Gestão Doces Bárbaros – 98/99, p. 1)

Em seu segundo número, o Informativo do DCE mantém uma postura de manter o aumento do RU em segundo plano, em termos de divulgação e discussão para os estudantes, fato comprovado pelo modo em que tratou do assunto. Nesse jornal<sup>13</sup>, encontra-se uma matéria cedida por um centro acadêmico<sup>14</sup>, cuja divulgação ocorreu em Abril, enquanto que o jornal do DCE correspondia ao mês de Junho, sendo que a matéria apenas informa sobre suspeitas de um aumento das refeições do RU. Sabe-se que o DCE participava das reuniões da PRHAE, mas suas manifestações sobre a questão do aumento eram mínimas.

Mesmo assim, a privatização da universidade pública éposta pelo DCE de forma a se constituir como um pacote simbólico. Ela é a causa de elevações de taxas, do surgimento de novas taxas, e de um provável aumento do valor das refeições.

Essa diferença de postura entre o DCE e a PRHAE, em relação ao modo com o qual atuaram até esse momento, pode ser compreendida através de conjunturas específicas de cada um.

Se a PRHAE divulgou para a comunidade acadêmica a suspensão do subsídio aos restaurantes no início de 1999, quer dizer que esse assunto já tinha sido discutido internamente e anteriormente, provavelmente estipulado num plano de ação. A divulgação pode ser vista como o primeiro passo no ato de justificar e comunicar o posicionamento de suspender o subsídio ao RU.

O DCE, como todos os demais órgãos representativos dos estudantes, somente iniciou as suas discussões e resoluções internas a partir do momento que a PHRAE se pronunciou. A postura tomada pelo DCE, de não considerar o subsídio prioridade, nesse primeiro momento, correspondeu a este condicionamento da PHRAE em suas discussões e planejamentos internos, de quando, e como, deveriam se manifestar sobre a questão.

### *A importância dos restaurantes universitários para os estudantes de baixa renda*

Durante esse período de Maio a Julho, surge a monografia da nutricionista Juliana Cristina Reinhardt<sup>15</sup>, que tem como tema central a importância do RU para os estudantes de baixa renda. Essa pesquisa trouxe novidades, fortalecendo, em particular: a assistência dos RU's para mais de trê

<sup>13</sup> Informativo DCE – Gestão Doces Bárbaros – 98/99 – nº 2, junho/99.

<sup>14</sup> SANTOS, Centro de Estudos de Informática – Informação, 26/04/99, nº 2, p. 8.

<sup>15</sup> REINHARDT, 1999.

mil estudantes; além de ressaltar a qualidade nutricional adequada das refeições, e o papel de extensão destes estabelecimentos.

Tanto o DCE, quanto a PRHAE, utilizaram essa pesquisa, amplamente divulgada em notas de imprensa, para fortalecer suas posições, o que ocasionou uma intensificação da discussão sobre as causas de tal aumento no caso da PRHAE, e uma defesa do não aumento por parte do DCE. A importância dos RU's para os estudantes de baixa renda se constituiu num pacote simbólico, que ao proporcionar a sua utilização por ambos os patrocinadores, caracterizou posturas diferentes, mas presas a uma equivalência de recursos. A pesquisa proporcionou, conforme a articulação de cada patrocinador, a fundamentação de uma justificativa ou negativa do fim do subsídio.

O apelo da PRHAE era de que a continuidade do RU estaria no aumento do preço da refeição, o que impediria que órgão de tanta importância encerrasse suas atividades. Em tal discurso, o RU é utilizado com o enaltecimento de seu valor para a comunidade acadêmica, o aumento do preço aparecendo como fator de sua permanência e de sua qualidade exemplar.

No “Informativo da PRHAE – Restaurante Universitário”, divulgado no início do primeiro semestre letivo de 2000, e que marca também a sua rearbetura, temos uma matéria que destaca tal qualidade: “um espaço para o exercício da cidadania”, “espaço de sociabilidade”, “espaço de extensão do saber”. Além disso, são colocados quadros comparativos entre o valor da refeição na UFPR, e em outras instituições federais, nos quais todas estas últimas apresentam um preço maior. Em um outro quadro, uma lista de bens de consumo é colocada, sugerindo ao leitor uma comparação entre os valores destes com o valor da refeição em R\$ 1,30. Não por acaso, todos os bens de consumo apresentam valores maiores, conferindo à refeição do RU um preço baixo e acessível.

O pacote simbólico que justifica a negativa do aumento, ressalta que a importância do RU está em principal, para aquele estudante que tem como única refeição balanceada e nutritiva aquela oferecida pelo RU, a baixo custo. O aumento caracterizaria a exclusão desses estudantes, que não mais teriam condições financeiras de acesso.

Estranhamente, esse pacote simbólico não foi divulgado, ou melhor, patrocinado pelo DCE em seus veículos de comunicação. Sendo um forte pacote por excelência, sua face mais fraca é ter sido utilizado para justificar o aumento, contrariando a própria intenção da pesquisa de manter acessível o RU para os estudantes de baixa renda, com uma maior participação da PRHAE na assistência estudantil e no subsídio. Logo, caracteriza a atitude dos patrocinadores diante de diferentes possibilidades simbólicas disponíveis, em particular do DCE, que por algum motivo não viabilizou esse pacote.

## *Corte orçamentário*

Talvez o pacote mais forte, o corte orçamentário engloba a gradual redução de recursos públicos para as Universidades, o projeto de lei sobre a autonomia universitária que desvincula a obrigação do financiamento público federal para as universidades e os exemplos de outras universidades federais que optaram pelo fechamento ou terceirização dos restaurantes universitários.

Este pacote simbólico era o pilar central da fundamentação para o fim do subsídio do RU, colocando para o governo federal as causas de tal ato. Justamente essa questão que colocou em conflito aberto DCE e Reitoria, onde os estudantes acusavam a Reitoria de se sujeitar às vontades do governo, não resistindo à privatização gradativa que estava sendo imposta.

Essa situação polarizada se potencializa com a decisão no dia 4 de Agosto da COPLAD em aumentar o RU para o valor de R\$ 1,30. Enquanto os CA's expressavam uma opinião de que um aumento da refeição do RU era justa, conforme os jornais divulgados pelos mesmos, só que não nesse patamar de R\$ 0,50, o DCE defendia nenhum tipo de aumento. A partir de Agosto, o DCE inicia uma participação efetiva em relação ao aumento, que tem seu início no dia 16 daquele mês.

Não foi a toa que o DCE-UFPR, eleito para representar os interesses estudantis, iniciou suas atividades para o retorno das discussões e os esclarecimentos sobre os fatos. Somente com a pressão diária do descontentamento dos discentes que conseguimos ocupara as salas dos Conselhos Superiores e fazermos essa Reitoria debater sobre a universidade como os estudantes. Colocamos a pauta RU novamente no COPLAD, desta vez, abrimos as discussões e como princípio de justiça, pedimos o congelamento do anterior preço até que a situação do Restaurante fosse esclarecida. (INFORMATIVO DCE – UFPR sobre os RUs – Outubro/99)

Com o congelamento do preço da refeição em R\$ 0,80 e a abertura de uma comissão formada por estudantes e professores conselheiros decididas pela COPLAD no dia 2 de Setembro, as manifestações como as “caixinhas”<sup>16</sup> e as discussões continuaram, ocorrendo uma maior profundidade nos estudos sobre o aumento do RU.

Se lebrarmos das declarações da PRHAE no início do processo<sup>17</sup>, em que desprezava o poder político dos estudantes, nesse momento a Universidade como um todo se via presa em um processo complexo, em que os estudantes se viam perdidos diante o confronte entre o DCE e a administração (Reitoria, PRHAE, administração RU).

<sup>16</sup> Cobrança feita pelo DCE no valor de R\$ 0,80 que substituía a cobrança oficial.

<sup>17</sup> FUJII, in Formação – Ciências Biológicas, Abril/1999, nº 2, p. 3

Enquanto que ambos se colocavam como defensores dos estudantes, essa rivalidade política assume um caráter prejudicial aos alunos com a decisão da COPLAD em ratificar o aumento do RU a partir do dia 25 de Outubro conforme os resultados da comissão, mesmo indicando a abertura de uma auditoria interna para averiguar irregularidade no aspecto financeiro e administrativo do RU.

Com a continuidade dos protestos do DCE no almoço do dia 25 de Outubro, a PRHAE determina que o RU seja fechado a partir da noite deste dia 25. O RU continuou fechado até o retorno das aulas do primeiro semestre de 2000, retornando com o valor de R\$1,30 como tinha definido a COPLAD.

### *Manutenção da assistência estudantil*

Em contra-partida ao pacote do corte orçamentário, o DCE patrocina um pacote simbólico em que sustenta que os reitores anteriores enfrentavam situações financeiras similares, mas optaram pela manutenção da assistência estudantil, mantendo o subsídio para o RU. Com isso, acusavam o atual reitor Carlos Roberto Antunes dos Santos de falta de compromisso com o estudante e com a própria universidade.

Os Restaurantes Universitários das Universidades Federais eram mantidos diretamente pelo Governo Federal até 1992. Vinha uma verba diretamente do MEC para subsidiar as refeições dos estudantes. No Governo Collor, contudo, essa verba foi cortada. Os reitores desta universidade, desde então, vinham mantendo o RU subsidiado com verbas próprias da universidade entendendo a importância do RU para os estudantes [...] As tentativas de aumentar o preço mostram a falta de compromisso de Carlos Antunes e das instâncias superiores desta Universidade com a Assistência Estudantil e com os estudantes. Após o processo de instalação das já famosas “caixinhas dos R\$ 0,80” no dia 25/10, quando era pretendido implementar novamente o aumento do preço, o Reitor Carlos Antunes decidiu fechar os Rus mantendo o hábito de ações arbitrárias que se tem estabelecido nas instâncias superiores desta Universidade. Primeiro um aumento de preço, depois o fechamento. Esta Administração da Universidade realmente não tem o menor compromisso com a alimentação de seus estudantes. (JORNAL DCE – Gestão Doces Bárbaros – Novembro/99)

### *Restaurantes auto-sustentáveis*

Após o parecer da COPLAD, em que afirma “que os custos das refeições referentes apenas aos gêneros alimentícios, material de consumo e limpeza eram de R\$ 1,34”<sup>18</sup>, o DCE apresenta um outro pacote simbólico, onde o fim do subsídio significava que os restaurantes seriam auto-sustentáveis.

---

<sup>18</sup> Circular da PRHAE – CAC à comunidade universitária, assinada pela pró-reitora Simone Aparecida Peruzzo em 27 de Outubro de 1999.

[...](PRHAE) já demonstrava o interesse em tornar os RUs auto-sustentáveis, porque já não se estava repassando dinheiro da UFPR suficiente para as refeições (desde janeiro). Assim, a dívida com os fornecedores, que aparece como a grande malfadada e perigosa justificativa para o aumento, já estava ocorrendo e a se pensar foi uma responsabilidade assumida pela administração que só colocou em debate o RU em agosto. (INFORMATIVO DCE-UFPR sobre os RUs – outubro/99 – gestão Doces Bárbaros)

Além de apresentar uma outra ótica sobre as dívidas assumidas com os fornecedores de alimentos, o DCE questiona a veracidade das justificativas apresentadas pela PRHAE para o fim do subsídio.

#### *Subsídio do RU: investimento ou financiamento*

A partir de uma perspectiva diferenciada sobre o significado do subsídio, o DCE patrocina um pacote simbólico que é contra o aumento do RU, pois o subsídio deve ser interpretado como um investimento e não como um financiamento, onde o usuário é visto como o que deve arcar com as dívidas.

Atualmente, a discussão do subsídio caí por terra como um aumento arbitrário do preço do RU que está baseado em dados com graves inconsistências segundo o próprio relator da Comissão do RU, o Professor Hélio Simiema (que estranhamente apoia os R\$1,30). Se o subsídio se transformou numa dívida e se quem tem de pagar essa dívida é o usuário, aquilo que era investimento se torna um financiamento. Tratar-se-ia de um empréstimo feito pela Reitoria aos estudantes e agora chegou a hora de pagar tal financiamento todos os dias com o aumento dos preços[...] É preciso entender a garantia de alimentação para os estudantes como um investimento em educação e não como um financiamento que deve ser pago no futuro. (JORNAL DCE – Gestão Doces Bárbaros – Novembro/99)

O DCE, ao patrocinar esse pacote, do subsídio ser um investimento na educação dos estudantes, mostra que a PRHAE patrocina o contra-pacote que coloca o subsídio como um financiamento. Se em um primeiro momento, as dívidas do RU são colocadas como elementos que constitui um déficit, posto no início do processo pela PRHAE, agora são articuladas pelo DCE para sustentar sua posição contra o fim do subsídio.

#### *Eleição do DCE*

Durante os meses de Novembro e Dezembro, o cenário sofreu algumas alterações com o acréscimo de grupos estudantis organizados que se manifestavam contra as atitudes do DCE, coincidindo com o discurso político da Reitoria, que culpava o DCE pelo fato do RU estar fechado. Estes grupos representavam chapas para a eleição da nova diretoria que ocorreria em Dezembro. A atual gestão tentava uma reeleição, e a questão do subsídio do RU

tornou-se o ponto chave para todos os grupos que concorriam para constituir a nova diretoria do DCE.

Esses grupos eram *Opção*<sup>19</sup>, *Refazer*<sup>20</sup> e *Vamos Declarar Guerra*<sup>21</sup>. Os dois primeiros grupos se preocuparam em não discutir sobre o fim ou não do subsídio do RU, mas defendiam a abertura do RU, procurando utilizar o fechamento como instrumento político para ganhar a eleição, sabendo que os estudantes viam a questão do RU estar fechado o ponto de maior prejuízo, independente do aumento. A partir desse momento a questão do aumento do RU encontrava-se presa em uma disputa interna entre os estudantes e a imagem da Reitoria e do DCE perante esse conflito.

A preocupação do DCE e da Reitoria nesse momento era a de não terem suas imagens feridas. Enquanto que o DCE tentava a abertura do RU sem concordar com o fim do subsídio, a Reitoria negava abrir o RU sobre qualquer hipótese.

[...]mas o reitor, um pouco mais cedo, não admitia a possibilidade de redução no preço das refeições servida nos restaurantes universitários, que estão fechados desde o dia 25 de outubro, passando de R\$ 1,30 para R\$ 1,00[...] A Universidade Federal alega que o problema é a falta de recursos para manter os restaurantes universitários cobrando R\$ 0,80 por refeição [...] Jeferson Choma sugere que parte do dinheiro arrecadado com as inscrições ao vestibular seja destinado aos restaurantes universitários. (Gazeta do Povo, Sexta-feira, 12/11/99)

Divididos entre recuar totalmente e reconhecer o aumento, e continuar com a política de discussões regidas por invasões, protestos e manifestações, o DCE escolhe a segunda.

A Reitoria, por sua vez, mantinha-se como vítima da situação em seus discursos. Mas, cogita-se que nos bastidores desse conflito político, acordos tenha sido fechados com grupos adversários ao DCE – gestão Doces Bárbaros, pois todo esse processo do aumento do RU transformou-se em instrumento político para assegurar uma vitória na urna.

Para os grupos opositores, a questão não era mais o subsídio do RU, e sim a continuidade dos restaurantes fechados, enquanto que para o DCE, concordar com o fim do subsídio e consequente abertura do RU, significava comprometer a sua ideologia e seu único instrumento político que poderia assegurar a reeleição. A Reitoria, por sua vez, sente-se confortável nessa situação, livre da pressão estudantil e não se importando com os restaurantes fechados, ausentando-se de qualquer assistência estudantil para os RUs.

<sup>19</sup> Grupo de estudantes de oposição da gestão Doces Bárbaros, que assumiam uma postura apartidária.

<sup>20</sup> Grupo de estudantes de oposição da gestão Doces Bárbaros, tinham uma postura partidária (PCdoB e UDR).

<sup>21</sup> Representava a situação, apresentando a mesma postura da gestão Doces Bárbaros.

A manutenção do RU fechado era extremamente prejudicial para os estudantes, sendo fator decisivo para a vitória de um grupo de oposição, a Opção.

## O fim do subsídio do RU

Com a vitória, a questão do aumento do RU volta à tona no mês de Maio de 2000, no jornal do DCE.

A atual gestão Opção do DCE assumiu com o objetivo de que os estudantes tenham um RU funcionando (em primeira instância) e um RU melhor em todos os aspectos (em Segunda instância). Estudantes da UFPR, não esqueçam de quem fechou o RU no passado (1999) e de quem (Opção) o abriu no presente, não dêem ouvidos a falácia de caráter emblemático e panfletários, que surgem por aí em nossa universidade. (PERIÓDICO do diretório central dos estudantes – DCE – gestão Opção 2000, nº1, Maio/00, p. 9.)

Nessa matéria temos a conciliação entre o DCE e a Reitoria, onde a gestão Opção se titula como heróica, pois o RU foi reaberto. A abertura do RU correspondeu ao fim do subsídio e do debate, cabendo nesse momento a possibilidade de tecer algumas considerações finais

A opinião da nova diretoria do DCE em relação à antiga, desconsiderou todo o debate da questão pública sobre o subsídio do RU. Ao sintetizar as atitudes e posturas dos centros acadêmicos e do DCE no ano de 1999, como “falácia de caráter emblemático e panfletários”, a nova diretoria do principal órgão representativo dos estudantes conseguiu reduzir todo o processo a poucas palavras de efeito.

Se por um lado o DCE – gestão Opção optou por minimizar e deturpar este processo com a finalidade de trabalhar sua imagem perante o meio estudantil, o mesmo realizou a PRHAE. O DCE destaca a abertura do RU como o grande feito e omite o fim do subsídio, enquanto que a PRHAE afirma que o RU ainda é subsidiado e a manutenção da assistência estudantil está sendo contemplada. Assim, a preocupação de ambos está em apresentar uma imagem que corresponda às expectativas da comunidade universitária.

[...]e quem mantém o RU funcionando? Mesmo diante dos sucessivos cortes orçamentários, a Administração Superior da UFPR sempre subsidiou o funcionamento dos RUs, que representa atualmente um subsídio de 70% do valor total da refeição, cabendo ao usuário somente 30% deste valor. (INFORMATIVO DA PRHAE – RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO, primeiro semestre de 2000)

A tentativa de omitir o fim do subsídio do RU e apresentando para a comunidade uma informação que não corresponde com o que a COPLAD averiguou (o valor de R\$ 1,34 totaliza os custos da refeição do RU), caracteriza

uma administração da UFPR nada transparente, pelo contrário: que busca sempre mostrar uma imagem de politicamente correta, mas pratica atos no mínimo obscuros para atingir seus objetivos. Contudo, a implementação do aumento do valor das refeições, mostrou que o objetivo de suspender o subsídio do RU foi alcançado com sucesso.

Sucesso este, resultado de um fracasso. O fracasso dos estudantes, que não conseguiram a continuidade do subsídio por se mostrarem fragmentados e voltados para interesses particulares de grupos minoritários politizados. A eleição para o DCE mostrou a realidade dos grupos políticos que atuam no meio estudantil, retirando a máscara revolucionária de um, e a diplomática do outro. As escolhas feitas responderam a um fim político específico - ganhar a eleição - mesmo que o preço fosse o fim do subsídio ou a continuidade dos restaurantes fechados.

Enfim, o fim do subsídio se concretiza pela conjuntura histórica da eleição do DCE, e não pelo sucesso ou fracasso dos pacotes simbólicos e de seus respectivos patrocinadores.

Essa particularidade do processo pode ser analisada como um sucesso parcial da PRHAE, pois o fim do subsídio ocorreu, mas não por meio dos pacotes simbólicos construídos. Isto significa que a permanência dos pacotes representa a possibilidade dessa questão pública ser retomada em um momento posterior.

- ARAÚJO**, Leonardo. **A questão RU**. In: Jornal do DCE-UFPR, gestão Doces Bárbaros, nº3, setembro de 1999.
- Jornal DCE-UFPR**. Informativo do DCE – Gestão Doces Bárbaros, 1998/1999.
- \_\_\_\_\_. Informativo do DCE – Gestão Doces Bárbaros, nº2, junho de 1999.
- \_\_\_\_\_. Informativo do DCE – Gestão Doces Bárbaros, nº3, setembro de 1999.
- Jornal do DCE**. Periódico do DCE – gestão Opção 2000, ano 1, nº 1, abril de 2000.
- Proposta da Chapa Refazer**, Novembro/1999.
- Proposta da Chapa Opção**, Novembro/1999.

### **Referências Bibliográficas**

- OLIVEIRA**, Dennison. **A cultura dos assuntos públicos: o caso do “Custo Brasil”**. Curitiba, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Comentário I**. Revista História: Questões e Debates. APAH, nº26/27, Curitiba, 1997.
- REINHARDT**, Juliana C. **A Importância do Restaurante Universitário – RU – para os Estudantes da UFPR**. Projeto de Graduação, disciplina de Estágio Curricular, Nutrição da UFPR, Curitiba, 1999.

## **Fontes**

- MORAIS, Andréa. **Alunos da UFPR invadem sala na Reitoria.** In: Gazeta do Povo, Local, 5<sup>a</sup> página, Curitiba, quarta-feira 1º de setembro de 1999.
- ALFREDO, Luís. **Os estudantes e os RUs e 66,6% dos frequentadores são “forasteiros”.** In: Gazeta do Povo, Local, 5<sup>a</sup> página, Curitiba, quarta-feira 1º de setembro de 1999.
- BRITO, Danielle Soares. **RU provoca racha entre DCE e setor de Agrárias.** In: Gazeta do Povo, Local/Educação, Curitiba, quarta-feira 10 de novembro de 1999.
- Estudantes da UFPR propõem que o preço da refeição seja de R\$ 1,00.** In: Gazeta do Povo, Local/Educação, Curitiba, sexta-feira 12 de Novembro de 1999.
- Restaurante Universitário é a única opção para a maioria dos usuários.** In: UFP Paraná, n° 2, ano 1, junho/julho de 1999, p. 10.
- Ofício Circular 22/99. Da: Coordenadoria de Assuntos Comunitários, à Comunidade Universitária, assunto: **Restaurante Universitário.** Curitiba, 13 de Agosto de 1999.
- Os Restaurantes Universitários estão fechados.** In: ANTENA UFPR. Órgão de Divulgação e Informação da Universidade Federal do Paraná. Ano 3, dezembro/1999 a fevereiro/2000 – n°41, p. 10-11.
- Informativo da PRHAE. **Restaurante Universitário.** Curitiba, Março de 2000.  
\_\_\_\_\_. Da PRHAE/CAC, à Comunidade Universitária. Curitiba, 27 de outubro de 1999.
- FUJII, Roberto Shiniti. In Formação – Ciências Biológicas, Abril/1999, n° 2, p. 3.
- SANTOS, Cleverson “Ramones” dos. Centro de Estudos de Informática – Informação, 26/04/99, n° 2, p. 8.
- Informativo DCE-UFPR sobre os RU's. **Moção de Repúdio – 39º CONAD – Conselho da Andes/Sindicato Nacional.** Curitiba, 19 de Novembro de 1999.  
\_\_\_\_\_. **Acorda Antunes/Subsídio/Antunes fecha o RU.** Curitiba, 27 de outubro de 1999.  
\_\_\_\_\_. **Antunes demonstra sua verdadeira face.** Curitiba, agosto de 1999.  
\_\_\_\_\_. **Restaurante Universitário.** Curitiba, outubro de 1999.
- BELLO, Melissa. In: Jornal DCE-UFPR, gestão Doces Bárbaros – 1998/1999, p. 1.
- CHOMA, Jeferson. **A Guerra do Bandejão.** In: Jornal DCE-UFPR, gestão Doces Bárbaros, n° 3, setembro de 1999.